

# Grande ABC soma R\$ 125 milhões em solicitações de emendas ao Estado

Levantamento mostra que apenas 4,14% dos valores apontados por deputados estaduais para a região foram liberados

BRUNO COELHO  
brunocoelho@igabc.com.br

O Grande ABC contabiliza R\$ 125 milhões apontados por deputados estaduais para 2026, segundo dados do Portal da Transparência do Estado de São Paulo. Desse total, R\$ 5,1 milhões já foram liberados pelo Palácio dos Bandeirantes, o equivalente a 4,14% das indicações parlamentares, entre emendas impostivas ao Orçamento e transferências voluntárias. Santo André e São Bernardo concentram os maiores volumes, enquanto Mauá e Rio Grande da Serra são os menos contemplados pelo Legislativo estadual.

Ao todo, a região soma 247 emendas parlamentares impostivas, as quais totalizam R\$ 56,7 milhões e têm execução obrigatória pelo governo estadual. Outras 105 indicações somam R\$ 68,3 milhões e dependem de decisão do Executivo para sair do papel. Na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), a principal destinação das verbas é o custeio da

saúde, seguido por repasses a entidades assistenciais. Há ainda parcelas menores voltadas para segurança pública, educação, desenvolvimento social e cultura.

Santo André registrou R\$ 36,5 milhões apontados para a cidade - R\$ 13,8 milhões impositivos e R\$ 22,6 milhões de execução não obrigatória. Em seu reduto eleitoral, Ana Carolina Serra (PSDB) se destacou, com quase R\$ 12 milhões direcionados, sobretudo para instituições sociais. Até o momento, R\$ 400 mil foram pagos a quatro entidades, em parcelas de R\$ 100 mil cada. O Estado também vetou tecnicamente R\$ 1,1 milhão previsto para obras esportivas na Vila Guaraçaba, permitindo à deputada

redirecionar a verba para outros projetos. Em São Bernardo, Carla Morando (PSD) indicou R\$ 4,8 milhões em recursos, dos quais R\$ 730 mil já receberam aval por meio de 14 emendas destinadas a entidades sociais.

Por sua vez, Luiza Fernando Teixeira (PT) apresentou R\$ 6,3 milhões em destinações orçamentárias, com execução até



NATALIA RUBINELLI. Afirma que retenção de valores por parte do Estado é comum em anos eleitorais

agui de R\$ 517,8 mil. Já dos R\$ 11 milhões indicados por Teonildo Barba (PT), nenhum centavo recebeu sinal verde até o momento. Ao todo, a cidade acumula R\$ 94 milhões em indicações - R\$ 17,5 milhões de execução obrigatória e R\$ 16,5 milhões condicionados ao aval do Executivo.

Especialista em direito e processo eleitoral, Natália Rubi-

nelli afirmou que a retenção de valores por parte do Estado é comum em anos eleitorais. "O governo não é obrigado a liberar todas as emendas indicadas pelos deputados e, em ano eleitoral, pode haver maior cautela, pois a lei proíbe repasses voluntários de recursos entre entes federativos nos três meses que antecedem a eleição, salvo algumas exceções le-

gais. Então, não há proibição geral de liberar emendas, mas algumas podem ficar limitadas", justificou a advogada.

Exatamente nesse cenário que Diadema, terceiro município da região mais destacado na Alesp, recebeu a designação de R\$ 17,6 milhões em aportes direcionados, sendo R\$ 8,7 milhões impositivos. A cidade registra volumes finan-

ceiros indicados pelos deputados Carla Morando, com a soma de R\$ 6,5 milhões, Océias de Madureira (PL), R\$ 1,8 milhão, e Ana Carolina, R\$ 1,5 milhão.

Dos R\$ 6,1 milhões para São Caetano, apenas R\$ 200 mil desembocaram neste ano: R\$ 100 mil de Danilo Basilas (PL) para equipamentos escolares na Escola Municipal Luiz Ottoni Tortorello e quantia igual de Guto Zacarias (Missa) visando novos instrumentos da GCM (Guarda Civil Municipal). Da bancada do Grande ABC, Carla Morando solicitou quase R\$ 3,7 milhões, enquanto Thiago Aurichio (PL), que tem domicílio na cidade, indicou R\$ 550 mil, montante via pedidos voluntários.

Filbérrio Pires teve o total, até o momento, de R\$ 14,1 milhões de verbas destacadas, sendo que R\$ 1,7 milhão chegou na cidade, com maior foco, novamente, a associações sociais. Na vizinha Mauá, foram R\$ 10 milhões solicitados ao Palácio dos Bandeirantes, sendo do gabinete de Rômulo Fernandes (PT), R\$ 5,1 milhões, enquanto o ex-prefeito Aníla Jacomussi (PRD) pediu R\$ 200 mil a duas entidades. Mas liberado mesmo à população mauaense, somente R\$ 314 mil dos deputados Caio França (PSB), Capitão Tejada (PL) e Paulo Fiorillo (PT).

Menor cidade do Grande ABC, Rio Grande da Serra contou com R\$ 6,2 milhões em emendas, mas nada ainda chegou aos cofres municipais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3